

RESOLUÇÃO Nº 07/2025

Estabelece os critérios para pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, no âmbito da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 76-A da Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico das/os servidoras/es públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

CONSIDERANDO o Decreto nº 11.069/2022, que regulamenta a concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa SGP/MGI nº 33/2023, que estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - Sipec, quanto à concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC regulamentada pelo Decreto nº 11.069, 10 de maio de 2022; e

CONSIDERANDO a Instrução Normativa SGP/MGI nº 01/2024, que estabelece orientações, critérios e procedimentos aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, relativas à implantação e ao uso dos serviços digitais disponíveis nos Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal para o acompanhamento, o controle de horas e o pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios para a concessão e os percentuais para pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC.

Art. 2º A GECC é devida a/ao servidora/or que eventualmente desempenhar atividades previstas no Art. 2º do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, observados os percentuais constantes no Anexo I desta Resolução.

Art. 3º A GECC não será devida à/ao servidora/or que esteja em gozo de férias, afastamentos ou licenças remuneradas ou não, bem como nos casos de:

- I - atividade que vise a melhoria das rotinas de trabalho da unidade de exercício ou relacionada às políticas de competência dessa unidade;
- II - atividade de representação ou de apresentação de estrutura organizacional, de processos de trabalho, de atividades e de trabalhos em curso do órgão, da entidade ou da unidade de exercício;
- III - atividade de elaboração de cartilhas, manuais, orientações, normativos e instrumentos afins que envolvam procedimentos sob responsabilidade da unidade de exercício da/o servidora/or ou a ela/e atribuída/o por projeto institucional;
- IV - atividade realizada durante a jornada de trabalho, sem compensação de carga horária, por determinação da unidade de exercício ou por opção da/o servidora/or com autorização de sua chefia imediata;
- V - revisão de material didático, quando a/o conteudista já tiver recebido a GECC para a sua elaboração, pelo período de um ano, contado da data da confirmação do recebimento do material para fins de pagamento;
- VI - atividade de moderação de comunidade de prática, fórum de aprendizagem ou lista de discussão; ou
- VII - atividade sem prévia formalização em processo administrativo específico.

Parágrafo único. A instrutoria em ações de desenvolvimento, realizada fora de sua unidade de exercício, em temáticas correlacionadas àquelas tratadas na unidade de exercício da/o servidora/or, devido à exigência de preparação de material didático e exercício como facilitadora/or, não se confunde com o inciso I e IV deste artigo e poderá ser remunerada por GECC.

Art. 4º A retribuição da/o servidora/or que executar atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares não poderá ser superior ao equivalente a cento e vinte horas (120h) de trabalhos anuais, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pela/o Magnífica/o Reitora/or que poderá autorizar o acréscimo de até mais cento e vinte horas (120h) de trabalhos anuais, mediante a existência de previsão orçamentária.

§ 1º Em nenhuma hipótese será concedida a GECC para servidoras/es que atuarem por período superior a cento e vinte horas (120h) de trabalho anuais sem a devida autorização prévia da/o Reitora/or.

§ 2º O controle de horas de trabalho será feito através do Sistema de acompanhamento e controle de horas e pagamento de atividades de Gratificação por Encargo de Curso e/ou Concurso (Sistema da GECC), e ficará sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão para Pessoas – PROGEPE a consulta sobre a situação da/o servidora/or.

Art. 5º Apenas poderão atuar em atividades inerentes ao pagamento da GECC, servidoras/es que:

- I - Constem em Portaria emitida pelo Decanato de uma das unidades acadêmicas da UFESB ou pela/o Pró-Reitora/or de Gestão para Pessoas, para fins de atividades relativas a concursos após autorização da/o Reitora/or ou de quem esta/e delegar; ou
- II - Sejam selecionadas/os pela Pró-Reitoria de Gestão para Pessoas, derivado de ato autorizado pela/o Reitora/or ou por quem esta/e delegar, e devidamente autorizadas/os por sua chefia imediata, para atividades relativas a cursos.

Art. 6º As/Os servidoras/es externos que eventualmente desempenharem atividades previstas no Art. 2º do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, e optarem pelo recebimento da GECC, não poderão solicitar diárias e passagens junto à UFESB.

Art. 7º As/Os servidoras/es que realizarem atividades inerentes a GECC deverão atuar prioritariamente em horários compatíveis à sua jornada de trabalho, devendo, sempre que possível, ter a compensação de carga horária dispensada, sem que seja necessário pagamento de GECC.

§ 1º Na situação prevista no *caput* deverá ser firmado termo de compromisso com

anuência da chefia imediata, conforme Anexo V.

§ 2º Os casos de necessidade de realização de atividades de GECC fora da jornada de trabalho da/o servidora/or para atender demandas de atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares, serão permitidas apenas em situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas adicionais por jornada.

Art. 8º As horas trabalhadas nas atividades previstas no Anexo I, quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, deverão ser compensadas no prazo máximo de um ano, contado da data do término da prestação do serviço.

§ 1º Para fins de compensação das horas, deverá ser firmado termo de compromisso com anuência da chefia imediata, conforme Anexo II.

§ 2º É de responsabilidade da/o ocupante de cargo público efetivo e de sua chefia imediata, o controle e o acompanhamento da compensação das horas referentes à execução de atividades que ensejaram o pagamento de GECC.

§ 3º O disposto no *caput* não se aplica ao ocupante de cargo público efetivo que participar de Programa de Gestão e Desempenho - PGD, desde que tenham sido cumpridas as entregas pactuadas na forma prevista em legislação específica;

§ 4º No caso de não cumprimento das entregas pactuadas na forma do §3º, o plano de trabalho do PGD da/o ocupante de cargo público efetivo deverá prever entregas equivalentes às horas a serem compensadas, no prazo previsto no *caput*, devendo ser firmado termo de compromisso nos termos do Anexo IV.

Art. 9º Compete à unidade de Gestão para Pessoas:

I - providenciar, mediante as informações passadas pelas comissões responsáveis pelo acompanhamento e execução dos certames, a emissão da Declaração da/o Ordenadora/or de Despesa da instituição sobre a Disponibilidade Orçamentária e o respectivo empenho para execução da ação, a qual atesta a existência de recursos para custeio da GECC;

II - organizar e manter o cadastro de ocupantes de cargo público efetivo para ministrar cursos ou desenvolver eventos de capacitação, contendo informações relativas à formação, à qualificação e à experiência profissional;

III - recrutar, selecionar e orientar a/o ocupante de cargo público efetivo, para atuar

no âmbito das atividades previstas no art. 2º;

IV - solicitar a liberação da/o ocupante de cargo público efetivo à autoridade máxima do órgão de exercício, ou a quem a autoridade delegar, após a devida anuência da chefia imediata, quando a realização das atividades de que trata esta Resolução ocorrer durante o horário de trabalho;

V - cadastrar, obrigatoriamente, no Sistema da GECC, informações pertinentes aos eventos e atividades passíveis de GECC, tanto para servidoras/es internas/os quanto externas/os vinculados ao Sipec;

VI - cadastrar no Sistema da GECC, informações pertinentes às atividades de GECC realizadas em instituições não integrantes do Sipec por servidoras/es em exercício nos seus órgãos e entidades;

§ 1º Para fins do disposto no inciso VI do caput, fica a/o servidora/or obrigada/o a informar à unidade de gestão de pessoas do órgão e entidade de exercício, quando realizar atividade passível de GECC em instituições não integrantes do Sipec.

§ 2º A/O servidora/or que realizou atividade passível de GECC em instituições não integrantes do Sipec somente poderá ser autorizada/o a realizar outra atividade passível de GECC após observar o disposto no § 1º.

V - acompanhar a execução das ações que ensejam em pagamento de GECC;

VI - autorizar o pagamento das horas trabalhadas, ou a descentralização do crédito, e encaminhar às unidades pagadoras o processo administrativo das/os respectivas/os beneficiárias/os, para fins de pagamento;

VII - providenciar a guarda da documentação nos respectivos assentamentos funcionais e, quando se tratar de ocupante de cargo público efetivo de outro órgão, encaminhar cópia à origem.

Art. 10 Para fins de desempenho das atividades de que tratam o Art. 2º do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, deverá a/o servidora/or possuir formação acadêmica compatível ou comprovada experiência profissional na área de atuação a que se propuser.

§ 1º Considera-se documento válido para comprovação da formação acadêmica: certificado; diploma; ou documento provisório de comprovação da conclusão do curso, desde que apresente, junto com o documento provisório, comprovante de início de expedição do certificado ou diploma, em área de conhecimento compatível com a atividade desenvolvida.

§ 2º Considera-se documento válido para comprovação de experiência profissional: comprovado vínculo empregatício; ou certificado ou declaração institucional de atuação como instrutor/a ou participação em banca, em área de conhecimento compatível com a atividade desenvolvida.

Art. 11 Nos casos em que couberem remunerações, a concessão do pagamento das atividades definidas no Art. 2º do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, ocorrerá mediante apresentação pela/o servidora/or de:

I - Termo de Responsabilidade e Compromisso/Plano de Compensação de Horas, referente às atividades realizadas durante a jornada de trabalho e que não tiveram a compensação dispensada pela/o gestora/or da sua unidade de lotação, devidamente autorizado pela chefia imediata da/o servidora/or; OU Termo de Compromisso e Responsabilidade quanto às das atividades do Plano de Gestão e Desempenho (informando o cumprimento ou necessidade de repactuação de entregas, se o servidor estiver em Programa de Gestão), devidamente autorizado pela/o gestora/or da sua unidade de lotação e pela chefia imediata da/o servidora/or, conforme Anexos II ou IV desta Resolução;

II - Declaração de Execução de Atividades devidamente assinada, conforme Anexo III desta Resolução;

III - Apresentação de cópia dos documentos pessoais: RG, CPF, comprovante de endereço e dos dados bancários (apenas para servidoras/es externas/os).

§ 1º Outros documentos relativos à realização da atividade poderão ser solicitados pela PROGEPE para fins de comprovação.

Art. 12 O pagamento da gratificação deverá ser solicitado pela PROGEPE, após a realização do evento/atividade, por meio do Sistema da GECC, e processado através da folha de pagamento de pessoal.

§ 1º O pagamento da GECC, quanto às ações realizadas na UFSB, só será devido e possível mediante realização de consulta quanto à disponibilidade orçamentária, prévia à publicização do edital do certame ou a realização do curso/evento.

§ 2º Em sendo devido e diante da impossibilidade de processamento do pagamento da GECC na forma estabelecida no *caput*, será admitido o pagamento por meio de ordem bancária pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

§ 3º Não será devido pagamento de GECC por atividades realizadas em processos seletivos simplificados para contratação de professor substituto.

Art. 13 Casos omissos serão analisados pelo Conselho Universitário.

Art. 14 Fica revogada a Resolução UFSB nº 15/2023.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revisada mediante provocação devidamente fundamentada ao CONSUNI.

Itabuna, 17 de julho de 2025


JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES DA LUZ

PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

REITORA

ANEXO I
TABELA DE REFERÊNCIA DOS VALORES DE REMUNERAÇÃO SOBRE O MAIOR VENCIMENTO BÁSICO

1 CONCURSOS PÚBLICOS OU EXAMES VESTIBULARES

1.1 Atividades Desenvolvidas em Banca Examinadora

ATIVIDADES	PERCENTUAL POR HORA TRABALHADA	PARÂMETRO PARA DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS
Elaboração de Questão de Prova	0,1510	Quando a prova for dissertativa aberta com sorteio de ponto, não há gratificação. Quando houver elaboração de prova, o valor deverá ser limitado a 1 (uma) hora para cada questão elaborada.
Correção de prova discursiva e análise crítica de questão de provas	0,2330	Limitado a 1 (uma) hora para cada prova efetivamente corrigida.
Exame Oral	0,1510	Limitado a 1 (uma) hora por candidato efetivamente avaliado em exame oral. Prova didática, avaliação de plano de trabalho.
Exame Oral – Heteroidentificação	0,1510	Será considerado um tempo médio aproximado de 3 minutos para a avaliação de cada registro fotográfico e vídeo de cerca de 20 segundos por candidato, com um limite de 20 avaliações por hora.
Análise Curricular	0,1510	Limitado a 1 (uma) hora para cada currículo efetivamente analisado.
Julgamento de Recurso Interposto por Candidato	0,2330	Limitado a 1 (uma) hora para cada recurso efetivamente analisado.
Prova Prática	0,2330	Limitado a 1 (uma) hora por candidato

1.2 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Execução

ATIVIDADES	PERCENTUAL POR HORA TRABALHADA	PARÂMETRO PARA DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS
Logística de Preparação e de Realização - Planejamento	0,2010	Limitado a 2 (dois) integrantes da Comissão Executora e a uma carga-horária máxima de 8 (oito) horas.
Logística de Preparação e de Realização - Coordenação	0,2010	Limitado ao presidente da Comissão Executora do concurso e ao máximo de 6 (seis) horas para cada etapa efetivamente realizada

		no concurso.
Logística de Preparação e de Realização – Coordenação de Bancas de Heteroidentificação	0,2010	Limitado a um coordenador por campus e a uma carga horária máxima de 3 (três) horas.
Logística de Preparação e de Realização - Supervisão	0,2010	Limitado a 5 (cinco) horas por etapa efetivamente realizada.
Logística de Preparação e de Realização - Execução	0,2010	Limitado a 4 (quatro) horas por etapa efetivamente realizada.
Aplicação - Vestibular ou Concurso Público	0,1510	Limitado a etapa da prova escrita e a 6 (seis) horas.
Fiscalização - Vestibular ou Concurso Público	0,1510	Limitado a etapa da prova escrita e a 4 (quatro) horas.
Supervisão - Vestibular ou Concurso Público	0,1510	Limitado a 5 (cinco) horas por etapa efetivamente realizada.

2 CURSOS

2.1 Instrutoria em curso e formação ou instrutoria em cursos de desenvolvimento ou de treinamento para servidores, regularmente instituído

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA O CONJUNTO DE CANDIDATOS	PERCENTUAL POR HORA TRABALHADA	FORMAÇÃO
Instrutoria em Curso de Formação de Carreiras, Instrutoria em Curso de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento, Instrutoria em Curso Gerencial, Instrutoria em Curso de Pós- Graduação	0,2330	Doutorado/Mestrado
Instrutoria em Curso de Formação de Carreiras, Instrutoria em Curso de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento, Instrutoria em Curso Gerencial, Instrutoria em Curso de Pós- Graduação	0,2200	Especialização e Graduação
Instrutoria em Curso de Treinamento	0,1800	Doutorado/Mestrado
Instrutoria em Curso de Treinamento	0,1500	Especialização e Graduação
Elaboração de Material Didático	0,1510	Não se Aplica
Elaboração de Material Multimídia para Curso a Distância	0,1510	Não se Aplica
Atividade de Conferencista e de Palestrante em Evento de Capacitação	0,1510	Não se Aplica

ANEXO II – TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO/PLANO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS

Pelo presente Termo,
eu, _____ (nome completo),
matrícula SIAPE nº _____, ocupante do cargo de
_____, com _____ de
_____, no(a) _____
_____, do(a) _____

_____, (órgão ou entidade), informo nos termos do art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022 que:

() realizei atividades que ensejam o pagamento de Gratificação de Encargo por Curso ou Concurso – GECC fora da minha jornada de trabalho, conforme dispostas na Declaração de Execução de Atividades, para atender demandas inerentes a execução de cursos, concursos públicos ou exames vestibulares, respeitando o limite máximo de 2 (duas) horas adicionais por dia; OU

() no prazo máximo de 1 (um) ano, conforme quadro seguinte, compensarei _____ horas trabalhadas durante a jornada de trabalho em virtude da realização de atividades passíveis de percepção da GECC dispostas na Declaração de Execução de Atividades.

Data/Período	Nº de Horas	Horário
dd/mm/aaaa	2 horas	17:30h até 19:30h
dd/mm/aaaa	X horas	xx:xxh até xx:xxh
dd/mm/aaaa	X horas	xx:xxh até xx:xxh
dd/mm/aaaa	X horas	xx:xxh até xx:xxh

_____, _____ de _____ de _____
(Local e data)

Assinatura da/o Servidora/or
Ciente e de acordo.

Assinatura da Chefia Imediata

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu

_____(nome completo), matrícula SIAPE nº _____, ocupante do cargo de _____(denominação, código, etc.) do Quadro de Pessoal da/o _____, em exercício na/o _____, declaro ter participado, no ano em curso, das seguintes atividades relacionadas a curso, concurso público ou exame vestibular, previstas no art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto no 11.069, de 10 de maio de 2022:

ATIVIDADE	DATA	INSTITUIÇÃO	HORAS TRABALHADAS
Total horas trabalhadas nas atividades descritas acima			
Total horas trabalhadas no ano corrente com o recebimento de GECC			

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob as penas da lei.

_____, _____ de _____ de _____
(Local e data)

Assinatura da/o Servidora/or

Assinatura do(a) responsável pelas atividades

**ANEXO IV – TERMO DE COMPROMISSO E COMPENSAÇÃO DAS ATIVIDADES
DO PLANO DE GESTÃO E DESEMPENHO**

Pelo _____ presente _____ Termo, eu, _____ (nome completo),
matrícula _____ SIAPE _____ nº _____, ocupante do cargo de _____
_____, com _____ exercício no(a) _____
_____, do(a) _____

_____, (órgão ou entidade), como participante do
Programa de Gestão e Desempenho - PGD, informo nos termos do art. 76-A da Lei nº 8.112, de
11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, que:

() realizei as entregas conforme foram previstas e pactuadas no meu Plano de Trabalho do
PGD; OU

() repactuei e previ entregas equivalentes às horas a serem compensadas, tendo em vista que
as entregas pactuadas no meu Plano de Trabalho não puderam ser cumpridas mediante a realização
de atividades passíveis de recebimento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso –
GECC durante a minha jornada de trabalho, conforme segue:

Data/Período	Nº de Horas/ atividade	Horário
dd/mm/aaaa	2 horas/ Lançamentos progressão	17:30h até 19:30h
dd/mm/aaaa	X horas	xx:xxh até xx:xxh
dd/mm/aaaa	X horas	xx:xxh até xx:xxh

_____, _____ de _____ de _____
(Local e data)

Assinatura da/o Servidora/or

Ciente e de acordo.

Assinatura da Chefia Imediata

**ANEXO V - TERMO DE OPÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE
ATIVIDADE DE GECC COM DISPENSA DE PAGAMENTO E SEM COMPENSAÇÃO
DE HORÁRIO**

Eu, _____ (nome completo),
matrícula SIAPE nº _____, nos termos do inciso IV do art. 3º do Decreto nº 11.069,
de 2022, opto pela realização da(s) atividade(s) descrita(s) no quadro abaixo, ficando dispensado
de compensar a carga horária de trabalho, bem como do recebimento da Gratificação de Encargo
por Curso ou Concurso - GECC.

Atividade	Descrição da atividade	Instituição patrocinadora da atividade	Local de realização da atividade	Data de realização da atividade	Carga horária realizada

_____, _____ de _____ de _____
(Local e data)

Assinatura do(a) Servidor(a)

Ciente e de acordo.

Assinatura da Chefia Imediata